

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.478 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2002



Roosevelt Pinheiro

Plenário aprova MP que cria adicional na tarifa de energia

Em sessão realizada ontem à noite, projeto de conversão da medida provisória recebeu 40 votos a favor e 20 contra. Segundo o relator, mudanças feitas na Câmara permitiram que 20 milhões de consumidores ficassem livres do aumento.

PÁGINAS 10 E 11



Márcio Kolumbe

Segundo Iris Rezende, presidente da comissão, houve "um avanço de no mínimo dez anos"

Comissão encaminha 23 propostas para melhorar segurança pública

A Comissão Mista de Segurança Pública aprovou ontem seu relatório final, com 23 proposições, que, após revisão geral do texto, serão encaminhadas ao Senado e à Câmara dos Deputados para votação.

PÁGINA 5

Congresso inicia discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, recebido esta semana pelo Congresso, deve ser votado até 30 de junho. O texto do Executivo prevê redução gradual da taxa de juros, chegando a 10,21% ao ano no final de 2005.

PÁGINA 2

CCJ vota criação de cotas para negros

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Ministro expôs a posição do governo e respondeu a várias perguntas sobre as sobretaxas ao aço brasileiro

Amaral debate com senadores reação ao protecionismo

PÁGINAS 6 A 8

Obras voltam a receber verbas do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem relatórios que retiram da lista de obras com denúncias de irregularidades seis projetos em execução nos estados, atendendo a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU). Com isso, voltarão a receber verbas do Orçamento da União.

Foram beneficiados os projetos de irrigação do Rio Balsamo, em Palmeira dos Índios (AL); a construção do contorno ferroviário de Campo Grande (MS); a duplicação de trechos rodoviários na BR-381, na divisa de Minas com São Paulo; a construção doanel rodoviário de Rio Branco (AC); a construção do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá (MT); e a dragagem no porto de Vitória (ES). Conforme o TCU, todos os problemas encontrados nas investigações estão sendo resolvidos, o que permite a continuação das obras.

Presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a comissão aprovou também requerimento dos deputados Doutor Rosinha (PT-PR) e Jorge Bittar (PT-RJ) pedindo que o TCU investigue se há empenho de dotação orçamentária de obras com indícios de irregularidades graves. Os deputados observam que, apesar de incluída na lista de obras com problemas, a recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal teve empenho de R\$ 1,8 milhão em dezembro.

Foi também aprovada abertura de crédito especial de R\$ 111,2 milhões para a instalação e funcionamento da Agência Nacional do Cinema (Ancine), criada em setembro do ano passado e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Congresso começa a discutir LDO para o próximo ano

A proposta elaborada pelo Executivo mantém a meta de superávit primário de 3,5% do PIB para 2003 e dá continuidade ao ajuste fiscal

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003 chegou ao Congresso na noite de segunda-feira. O texto, que estabelece diretrizes para confecção do Orçamento da União para o próximo ano, será examinado pela Comissão Mista de Orçamento e deverá ser votado até 30 de junho, para que o Congresso possa entrar em recesso. Enviada pelo Executivo, a LDO para 2003 mantém a meta de superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros da dívida) de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para as contas do setor público — o equivalente a R\$ 45,7 bilhões —, dando continuidade ao ajuste fiscal.

De acordo com a mensagem enviada pelo Executivo, haverá redução gradual da taxa de juros anual, que deverá passar dos atuais 18,5% para 12,84% no final de 2003, 11,25% em 2004 e 10,21% em 2005. A proposta apresenta pro-

jeção de crescimento real do PIB de 4% ao ano em 2003 e 2004 e de 4,5% em 2005.

— A LDO insere-se nos instrumentos de política governamental visando contribuir para a sustentação e aprofundamento dos resultados obtidos nos anos recentes, a saber: consolidar a estabilidade econômica, garantir o crescimento econômico com desenvolvimento social, combater a pobreza por meio da inserção social, consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos e reduzir as desigualdades regionais — afirma o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, na exposição de motivos.

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ficará em 4% em 2003 e em 3% em 2004 e 2005. A taxa de câmbio de-

verá ser de R\$ 2,42 em dezembro de 2003, de R\$ 2,45 em 2004 e de R\$ 2,48 em 2005.

Está prevista redução substancial das receitas a partir de 2003, principalmente devido à redução programada das alíquotas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que declinará dos atuais 0,38% para 0,08% em 2004 e será de zero em 2005. Também o cancelamento do adicional de 2,5 pontos percentuais na alíquota máxima do Imposto de Renda implicará perda de receita estimada em R\$ 1,7 bilhão em 2003, R\$ 2,2 bilhões em 2004 e R\$ 2,4 bilhões em 2005.

Dessa forma, o governo deixou de contar com receitas da prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, que vence em dezembro próximo, e que deverá baixar para 25% para os contribuintes que ganham acima de R\$ 2.115,00.

Previsões do governo são otimistas, diz Carlos Bezerra

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), classificou de “otimistas demais” algumas previsões contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003, encaminhada pelo Executivo ao Congresso. Para ele, o governo terá dificuldades para reduzir a taxa básica de juros nominais (sem descontar a inflação) dos atuais 18,5% ao ano para 12,84% em 2003.

— Todos nós gostaríamos que os juros caíssem e que a economia voltasse a crescer 4% ao ano sem provocar inflação, mas nem sempre isso é possível. A situação brasileira é muito complicada, com o país sufocado pela dívida pública. É o gasto absurdo com juros



Para Carlos Bezerra, Executivo terá dificuldades para reduzir, em 2003, a taxa básica de juros

da dívida que impede nosso crescimento — afirmou o senador.

Carlos Bezerra lamenta que “toda a área econômica do governo” esteja “voltada para os interesses dos grandes grupos econômicos, dos banqueiros, que no Brasil têm os maiores lucros”. Com

Célio Azevedo

uma dívida pública interna no mercado financeiro que se aproxima de R\$ 700 bilhões, o governo acaba direcionando “a poupança nacional para a agiotagem, e não para produção”, observa o presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Ele discorda da previsão contida na LDO de se obter, em 2003, superávit primário nas contas do governo de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso significa que o governo terá de economizar R\$ 45,7 bilhões, os quais serão destinados ao pagamento de parte dos juros da dívida pública no próximo ano. “Para conseguir um superávit desse tamanho, o governo deixa de investir em educação, saúde, reforma agrária”, observa.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe o senador Arlindo Porto e o deputado Paulo Octávio
10h30 — Recebe o governador da Paraíba, Roberto Paulino
10h45 — Recebe Luís Ferreira Viana, prefeito de Deodápolis (MS)
11h — Reunião de líderes
11h45 — Recebe o Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil
15h — Recebe o senador Arlindo Porto, acompanhado de Frank Moore III, presidente do Lions Club Internacional
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
18h45 — Participa da solenidade de entrega de medalha-prêmio ao ministro Néri da Silveira. Supremo Tribunal Federal

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação da PEC que cria tribunais regionais federais; votação do PLS que estabelece restrições à alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias; votação do parecer que submete ao Senado o nome de Dilma Seli Pena Pereira para o cargo de diretora da Agência Nacional de Águas; PLS que estabelece cota mínima gratuita de água para consumo residencial.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLC que dispõe sobre atendimento de emergência de acidentes de trabalho em localidades onde não existe rede do SUS; e PLS que dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLS que institui cotas de ação afirmativa para os negros no acesso aos cargos públicos e à educação superior; e PLS que inclui no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão Mista destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek
Pauta: reunião de trabalho. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: apreciação de avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos; entre outros. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

14h30 — Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco
Pauta: exposição do professor Clóvis Eduardo de Souza Nascimento, da Universidade Rural Federal de Pernambuco, e da secretária municipal do Meio Ambiente de Lagoa da Prata (MG), Marília Queiroz de Resende Nogueira. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAS aprecia projeto de atendimento preferencial no SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje projeto de lei da Câmara que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a criar, nos hospitais públicos e clínicas conveniadas, locais exclusivos para atendimento a idosos, portadores de deficiência, gestantes e crianças de primeira idade.

O relator do projeto, senador Ademir Andrade (PSB-PA), é a favor da aprovação da matéria, mas apresentou substitutivo ao projeto, determinando que as pessoas acompanhadas por crianças de colo também tenham direito ao atendimento prioritário. No substitutivo, Ademir Andrade especifica que idosos, para fins de atendimento diferenciado, são os que têm 60 anos de idade ou mais.

Outro projeto da Câmara a ser examinado pela comissão é o que garante ao acidentado do trabalho direito a atendimento de emergência na rede privada, onde não existir unidades do SUS. Pelo projeto, o pagamento pelos serviços realizados pela iniciativa privada será feito mediante comprovação de gastos. O projeto tem parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

ALEITAMENTO

A CAS deverá examinar substitutivo do senador Geraldo Althoff ao projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização de substitutos do leite materno e de artigos usados por recém-nascidos e crianças. O projeto trata do incentivo ao aleitamento materno até o bebê completar dois anos de idade.

Também deverá ser analisado pela CAS projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que assegura aos cegos e pessoas de baixa visão, usuários de cão-guia, o direito de ingressar e permanecer com o animal em locais de uso coletivo, bem como ter acesso às modalidades de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro.

Constam ainda da pauta os projetos: de Artur da Távola (PSDB-RJ), que regulamenta a profissão de astrólogo; de Roberto Requião (PMDB-PR), que regulamenta a profissão de artista circense; e de Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC), que concede o seguro-desemprego aos beneficiadores do açaí e da castanha, durante o período em que estiverem impedidos de exercer suas atividades.

Cota para negros em universidades e concursos públicos é analisada na CCJ

Substitutivo do senador Sebastião Rocha, favorável à matéria, deverá ser votado hoje em caráter terminativo. A classificação de uma pessoa como negra ou parda continua sendo ponto polêmico

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje, em caráter terminativo, substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) favorável ao projeto de lei que institui cotas para negros e pardos em concursos públicos, nas universidades e nos contratos de crédito educativo.

De autoria do senador José Sarney, o projeto reserva 20% das vagas de concursos públicos, de cursos de graduação de nível superior e de contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) àqueles que se declaram negros ou pardos. Segundo o relator, a propos-

ta pode contribuir para a inserção social dessa parcela da população, vítima de discriminação histórica no Brasil.

Um dos pontos polêmicos da proposta é a classificação de uma pessoa como negra ou parda, sem que haja um parâmetro objetivo para isso. Sebastião Rocha sugere que volte a ser obrigatório o registro, na certidão de nascimento, da cor da pessoa e que os censos demográficos também informem esse dado, de acordo com a padronização de cores e características étnicas e culturais.

O relator propõe alteração na Lei de Licitações, para que as propostas sejam qualificadas também

de acordo com a previsão de contratação de negros ou pardos para execução de serviços prestados ao governo.

ILUMINAÇÃO

Outra matéria a ser examinada pela comissão é a proposta de emenda à Constituição do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que institui o pagamento de taxa de iluminação pública a ser cobrada pelo Distrito Federal e municípios. A PEC tramita em conjunto com proposta semelhante do senador Romero Jucá (PSDB-RR). O relatório do senador Luiz Otávio (PPB-PA) é favorável, com emendas.



Sarney pretende destinar aos negros 20% das vagas em concurso

Roosevelt Pinheiro

Senadores examinam "Lei da Mordaza" e clonagem humana

A CCJ tem outros 43 itens em sua pauta, como o projeto de lei do governo federal que institui a chamada "Lei da Mordaza", regulando a responsabilidade administrativa civil e penal em casos de abuso de autoridade. A proposta estabelece sanção civil (multa) e penal (detenção) para juízes, promotores ou autoridades policiais que "vazarem" informações de processos sob sua responsabilidade à imprensa. O relator, Bello Parga (PFL-MA), é favorável ao projeto, já aprovado pelos deputados.

Outros projetos que poderão ser votados hoje são o da deputada Nair Xavier Lobo (PMDB-GO), que prevê a possibilidade, no caso de violência doméstica, de o juiz determinar o afastamento do agressor do lar; e projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que considera hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes e propõe aumento das penas.

Também está na pauta da comissão o projeto de lei de Sebastião Rocha que proíbe a clonagem de seres humanos e regulamenta as experiências com animais e plantas. A matéria, com votação

terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), tem o apoio do relator na CCJ, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que apresentou substitutivo.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que determina que o projeto de lei orçamentária detalhe obras públicas inacabadas, é outro item a ser examinado pela CCJ. O relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), é favorável à proposta, mas, em substitutivo, mantém a possibilidade de que verbas previstas no Orçamento para obras já iniciadas sejam canceladas.

Os membros da CCJ, presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), devem analisar ainda projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-

MA) que retira do Código de Trânsito Brasileiro os casos em que infrações consideradas gravíssimas têm as multas multiplicadas. Para o senador, esse mecanismo resulta em multas impagáveis e compromete a aplicabilidade do código. Assim, nenhuma multa de trânsito excederia o teto de 180 unidades fiscais de referência (Ufir). O relator, senador Iris Rezende, recomenda a sua aprovação em caráter terminativo.

A CCJ deve examinar também projeto de resolução da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria Comissão Permanente de Legislação Participativa no Senado Federal para favorecer o debate de propostas de iniciativa popular. A matéria tem parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR).



O relator, Bello Parga, tem voto favorável à "Lei da Mordaza"

José Cruz

Comissão de JK leva propostas a Tebet

A Comissão Mista Especial incumbida de preparar os atos comemorativos ao centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek, se encontrará hoje com o presidente do Congresso, Ramez Tebet, para apresentar os eventos já aprovados pelo grupo. Após a audiência com Tebet, a comissão dará continuidade à programação das comemorações.

Formada por 12 deputados e 12 senadores, a comissão é presidida pelo deputado Paulo Octávio (PFL-DF) e tem como vice-presidente o senador Arlindo Porto (PTB-MG). O relator, senador

Francelino Pereira (PFL-MG), explicou que as definições da comissão precisam chegar ao presidente do Congresso, pois este será o responsável pela comemoração.

Entre as sugestões que serão apresentadas, constam a realização de um seminário, a preparação de estande, vídeos e exposições sobre JK, além da sessão solene no Congresso, no dia 12 de setembro. Existe também a recomendação de que o Conselho Editorial do Senado reedite o livro *Por que construí Brasília*, escrito por Juscelino.

O seminário, proposto por Fran-

celino, deve ser iniciado em breve e se estenderá até a data comemorativa. Os temas seriam: "JK e o Parlamento", abordando a vida parlamentar do homenageado e seu relacionamento com o Legislativo quando presidente da República; "JK e Niemeyer", tratando da arquitetura brasileira e da construção de Brasília; e "JK e a industrialização do Brasil", mostrando os avanços no setor automobilístico, naval e no sistema energético, além de rodovias implementadas por Juscelino.

— Este grande seminário será uma oportunidade para revitalizar



Sugestões de homenagem a Juscelino Kubitschek incluem seminário, exposições e vídeos

o Legislativo, oferecendo nosso espaço a cientistas, arquitetos, engenheiros, artistas, escritores, políticos, universitários e todos que se interessem em debater a memória viva de JK — disse Francelino.

Althoff quer investigação sobre denúncia de grampo

Conforme requerimento, alvo inicial seriam contratos firmados entre o Ministério da Saúde e empresa suspeita de realizar escuta irregular

Com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) poderá investigar possíveis irregularidades em contratos firmados pela Fence Consultoria Empresarial com órgãos, empresas e autarquias públicas federais. O requerimento, de iniciativa do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e com parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), será analisado hoje pela comissão, a partir das 11h30.

O alvo inicial dessa inspeção seriam os contratos estabelecidos entre o Ministério da Saúde e seus órgãos e a Fence, suspeita de realizar escuta telefônica irregular. Na mesma reunião, a CFC deve deliberar sobre requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) solicitando que o ministro da Saúde, Barjas Negri, esclareça as me-



Proposta de Geraldo Althoff será votada hoje pela Comissão de Fiscalização e Controle

didadas adotadas no combate a epidemias e epidemias no país, especialmente a dengue, em audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Dos outros cinco itens constantes da pauta, um refere-se a decisão do TCU sobre auditoria realizada nas extintas Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). Essa apuração destinou-se a aferir

os resultados alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais dos fundos de investimento do Nordeste (Finor) e da Amazônia (Finam). O relator da matéria, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), apresentou parecer requisitando informações adicionais sobre esse processo ao TCU.

Em outro item da pauta, o senador baiano recomendou o arquivamento de relatório do tribunal sobre a apuração de denúncia de aplicação irregular de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em obras de abastecimento de água do Sistema Pirapama, na região metropolitana do Recife (PE). O arquivamento de outras auditorias do TCU realizadas no Tribunal de Justiça do Amazonas e na Secretaria Federal de Controle Interno, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, também foi recomendado pelos relatores, senadores Luiz Otávio (PPB-PA) e Moreira Mendes (PFL-RO), respectivamente.



Parlamentares assistem ao depoimento do general Alberto Cardoso (à esquerda, na foto menor) sobre as atividades da Abin

Comissão ouve general Cardoso em reunião secreta

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) ouviu ontem esclarecimentos do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, sobre as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o suposto envolvimento de seus agentes em espionagem política. Conforme proposta do presi-

dente da comissão, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), aprovada por unanimidade, o depoimento do general foi feito em sessão secreta.

O convite a Alberto Cardoso para comparecer ao Congresso foi aprovado na primeira reunião deste ano da comissão, após denúncias de que agentes da Abin teriam participado das investigações, cujo desfecho foi a opera-

ção de apreensão de documentos na empresa Lunus, de propriedade da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney.

A CCAI foi criada pela lei que instituiu a Abin, em 1999, e é composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e pelos presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas.



Jane de Araújo

NOVO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES VISITA TEBET

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita de cortesia de Juarez Martinho Quadros do Nascimento, que acaba de assumir o cargo de ministro das Comunicações. Quadros do Nascimento disse que o encontro serviu também para o exame de alguns projetos atualmente em tramitação no Congresso Nacional que são de interesse do ministério, entre eles o que trata da instalação do Conselho de Comunicação Social.

Especialistas falam sobre a formação de matas ciliares

A Comissão Especial do Rio São Francisco, criada para acompanhar o projeto de revitalização do rio, ouve hoje, às 14h30, palestras do professor Clóvis Eduardo de Souza Nascimento, da Universidade Rural Federal de Pernambuco (UFPE), e da secretária municipal do Meio Ambiente de Lagoa da Prata (MG), Marília Queiroz de Resende Nogueira, sobre a recomposição de matas ciliares. Ela também é presidente da Associação Ambientalista do Alto São Francisco.

Clóvis Nascimento integra projeto desenvolvido pela UFPE para reverter a degradação das mar-

gens dos rios. Marília Nogueira é especialista em replantio de vegetação ribeirinha.

As matas ciliares são compostas pela vegetação ribeirinha, cujas raízes ajudam a fixar o solo junto às margens, dificultando que elas desmoronem para dentro do rio. Essa vegetação funciona como uma espécie de barreira, segurando materiais terrosos levados pelas chuvas, o que impede ou dificulta o assoreamento dos rios. Por isso são proibidas, por lei, as construções ribeirinhas, os depósitos de lixo e a estocagem de matérias-primas nas margens dos rios.

Mauro defende medidas para desenvolver turismo em Goiás

Um estado rico em rios, cachoeiras, grutas, cavernas, vegetação do cerrado ainda preservada e belezas naturais. Assim o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) descreveu, em discurso, o potencial turístico de Goiás, acrescentando que falta "o pontapé inicial para que o estado possa ser inserido no mercado turístico nacional e internacional".

Mauro Miranda destacou as modalidades de turismo em Goiás, como ecológico, esportivo, científico, cultural, místico e terapêutico, que podem ser encontradas em Alto Paraíso, Aragarças, Goiânia, Caldas Novas, Rio Verde, Cidade de Goiás e Pirenópolis. Referiu-se tam-



Mauro Miranda destacou a variedade de atrações turísticas em seu estado

bém às "festas populares e religiosas, à culinária variada e saborosa e ao artesanato rico e original".

— Dispomos de todas as condições para o desenvolvimento turística em nosso estado. Mas sabemos que o setor turístico só poderá produzir benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais se for planejado em conformidade com a realidade local, estadual, regional, nacional e até internacional, e acompanhado pelos órgãos responsáveis. Promover o desenvolvimento turístico sustentável do estado de Goiás é encaminhá-lo ao encontro de seu destino natural — afirmou o senador.

Comissão de Segurança aprova relatório final

Integrantes do colegiado reúnem-se amanhã para fazer uma revisão geral do texto. O relator, deputado Moroni Torgan, citou como avanço mais significativo a proposta de unificação das polícias civil e militar em oito anos

A Comissão Mista de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem o relatório final. Algumas propostas, principalmente as apresentadas nas últimas reuniões, serão acrescentadas hoje ao documento, em encontro previsto para 9h30, entre o relator-geral, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), e os sub-relatores dos sete grupos de trabalho. Amanhã, os deputados e senadores fazem revisão geral do texto completo. A comissão votou o relatório com algumas lacunas – a serem ainda preenchidas – porque o seu prazo de funcionamento se encerraria ontem.

– Vamos ter muito cuidado na consolidação do texto final. Meu compromisso total é manter o que foi aprovado no Plenário da comissão. Para evitar dúvidas, vou pedir que as notas taquigráficas das últimas reuniões fiquem disponíveis aos deputados e senadores na reunião de quinta-feira. Agora, qualquer modificação de entendimento ou interpretação tem que ser feita por unanimidade – afirmou Moroni Torgan.

Na apresentação do relatório, Torgan informou que foram aprovadas 23 proposições, entre as quais modificações substanciais no

Código de Processo Penal, com o objetivo de reduzir tanto o número de recursos quanto a duração dos processos criminais.

– Tentamos extinguir de vez o problema da morosidade da Justiça – explicou.

Moroni Torgan também citou a decisão da comissão em determinar punições mais rigorosas para crimes de grande potencial ofensivo – tráfico de armas, narcotráfico e crime organizado. Ele acrescentou que novas tipificações criminais foram reconhecidas, como seqüestro-relâmpago, extorsão mediante seqüestro por meio de transporte coletivo, clonagem de cartão e celular, pedofilia na Internet e roubo e receptação de carga.

– Porém, acima de tudo, se houve avanços nas discussões, o mais significativo deles foi, sem dúvida, o projeto de unificação das duas polícias, civil e militar. Com a colaboração indispensável das duas corporações e de autoridades e especialistas ligados à área, a proposta consensualmente acordada prevê a unificação num prazo de oito anos, ao término do qual ambas as polícias integrarão uma nova força, denominada de polícia estadual – destacou.

Projetos deverão ser tratados como proposições, e não subsídios

A Comissão Mista de Segurança Pública encaminhou ofício ao presidente do Senado, Ramez Tebet, solicitando que os projetos e substitutivos por ela encaminhados para votação nas duas Casas do Congresso Nacional devem ser entendidos como proposições de autoria da comissão e ter sua tramitação iniciada, alternadamente, no Senado e na Câmara dos Deputados. O texto do ofício, proposto pelo presidente Iris Rezende (PMDB-GO), foi aprovado ontem pelos deputados e senadores membros do colegiado.

Com o ofício, os parlamentares procuram contrapor-se à interpretação do presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), que, em ofício encaminhado a Tebet, informou que as matérias decididas pela comissão e encaminhadas àquela Casa seriam juntadas aos respectivos projetos já em tramitação, a título de subsídio, “por

inexistir amparo regimental ao recebimento e à regular tramitação dos mencionados substitutivos como proposições autônomas e independentes”.

Durante a discussão do ofício proposto por Iris, vários deputados comunicaram que foram informados pelo próprio Aécio Neves de que estava havendo equívoco na interpretação da correspondência que ele encaminhou a Tebet. O presidente da Câmara garantiu a esses parlamentares que dará prioridade ampla e colocará em votação imediatamente os projetos da comissão.

Depois da aprovação do texto da resposta da Comissão de Segurança, Iris Rezende comunicou ter recebido telefonema de Aécio Neves assegurando que dará preferência aos projetos da comissão. “Solicitei que ele formalizasse essa posição em ofício ao presidente do Senado”, informou Iris.



Entre Zulaiê Cobra, Laura Carneiro, Luiz Antonio Fleury e Magno Malta, Iris Rezende dirige os trabalhos da comissão mista

Colegiado poderá opinar sobre emendas

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) explicou que os deputados e senadores que integram a Comissão Mista de Segurança Pública poderão ser convocados extraordinariamente para apreciar possíveis emendas apresentadas às propostas que integram o relatório final da comissão. Ao final da reunião, disse que o trabalho realizado pelos parlamentares proporcionou ao Congresso avanço de no mínimo dez anos.

– Tenho a impressão de que nem os próprios membros da comissão pensavam em alcançar resultado tão bom. Agora esperamos que os deputados e senadores, nos Plenários das duas Casas, acompanhem de perto, com a mesma força e sentimento, o andamento dos processos – afirmou Iris Rezende.

Segundo o senador, as propostas apresentadas pela comissão terão tramitação especial, “quase que em regime de urgência”. Iris

Rezende informou que 17 das proposições já foram encaminhadas ao presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, e destas, três já estão prontas para discussão no Plenário do Senado.

TELEDENÚNCIA

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) propôs a implantação de um sistema que permita aos cidadãos de qualquer parte do país

fazerem denúncias através de um número único de telefone, como já existe nas ligações para a polícia ou bombeiros. Ela lembrou que proposta neste sentido já foi aprovada no Senado e encontra-se com a tramitação paralisada na Câmara. O relator, Moroni Torgan (PFL-CE), informou que a proposta será incluída no capítulo de sugestões do relatório da Comissão de Segurança.

Já o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) alertou para a existência de contradições no relatório final da Comissão de Segurança. Ele citou o caso da perícia criminal, cuja autonomia administrativa que recebeu no grupo de trabalho que estudou a estrutura da segurança pública foi retirada pela proposta de lei orgânica das polícias. Moroni Torgan reconheceu a contradição, mas disse que qualquer alteração somente poderia ser feita pela unanimidade de todos os integrantes da comissão.



Emilia Fernandes propôs um sistema de recebimento de denúncias por telefone

PMs e bombeiros criticam proposta de unificação

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem representantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros de 12 estados. O comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal e presidente do Conselho dos Comandantes-Generais das PMs, coronel Rui Sampaio, informou que vieram pedir a Tebet rapidez na tra-

mitação de três propostas de emendas constitucionais (PECs) que regulamentam a segurança pública no país.

As propostas de emendas, que já estão prontas para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, tratam da estrutura e da organização da segurança pública e da organização das polícias militar e civil. Rui Sampaio contes-

tou o projeto que determina a unificação das polícias militar e civil.

– Estamos há três anos debatendo a integração das polícias militar e civil. Agora, de uma hora para outra, falam em unificação. A unificação poderá existir, mas não a curto e médio prazo. Não agora, de cima para baixo – disse Sampaio.



O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, explicou ontem, no Plenário, as iniciativas que o Brasil pode adotar para enfrentar medidas protecionistas dos países ricos. A presença do ministro no Senado atendeu requerimento de Paulo Hartung e Romero Jucá.

Amaral: Brasil vai reagir ao protecionismo

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, disse ontem que o Brasil vem se preparando para enfrentar com destemor a guerra comercial que está sendo iniciada em todo o mundo pelas nações desenvolvidas. Ao alinhar as medidas que estão sendo cogitadas nesta verdadeira "guerra", o ministro admitiu que o governo brasileiro poderá abrir, de imediato, várias frentes em sua defesa comercial. O país poderá recorrer ao aumento das tarifas nas importações brasileiras, a reclamações junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), à coibição mais firme de práticas desleais, como o *dumping*, ao monitoramento das importações de aço feitas pelo Brasil e à imposição de cotas de importação e de sobretaxas, disse.

Somente as últimas medidas protecionistas anunciadas em março pelo governo norte-americano vão provocar, segundo Sérgio Amaral, um prejuízo de cerca de US\$ 1 bilhão nas exportações brasileiras de aço. O ministro traçou um roteiro completo da estratégia de defesa que será adotada pelo Brasil e

listou ainda as principais restrições enfrentadas hoje pelos produtos brasileiros nos mercados dos países mais ricos do mundo.

Em resposta à guerra comercial deflagrada no mundo pelos Estados Unidos, o ministro afirmou que a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Brasil já adotou um controle aduaneiro das importações de aço feitas pelo país, para identificar com a antecedência necessária a possibilidade de um aumento significativo das importações, pois cerca de 16 milhões de toneladas de aço sem acesso ao mercado norte-americano deverão estar buscando mercados alternativos, entre eles, o brasileiro.

Como resultado do monitoramento adotado pelo governo, Sérgio Amaral disse que as importações brasileiras de aço já tiveram uma queda de 31% em março último, em relação à média mensal do ano passado. O ministro não descartou, contudo, a adoção de salvaguardas que possam tomar a forma de elevação tarifária e/ou imposição de cotas de importação, de modo a melhor proteger a indústria siderúrgica local.

Governo quer "rigor e presteza" contra subsídios estrangeiros

Sérgio Amaral acenou, também, para uma possível imposição de direitos compensatórios contra importações que recebam subsídios em seus países de origem, que seriam adotados por meio da imposição de uma sobretaxa às importações feitas pelo Brasil.

– Dei orientação clara à Secex para que proceda com todo rigor e presteza na instrução dos processos e na adoção de medidas cabíveis de defesa comercial, pois não é justificável que, além das restrições à exportação, a indústria siderúrgica brasileira sofra uma concorrência desleal em nosso mercado – frisou Sérgio Amaral.

Segundo o ministro, o governo brasileiro está preparado para

enfrentar o século XXI, que, segundo ele, será palco de uma guerra econômica em que estão em jogo empregos e salários, vinculados ao aumento da produção e das exportações. Para Sérgio Amaral, o Brasil é hoje um país competitivo e que avança ainda mais nesta direção, ao promover importantes reajustes internos que garantem a estabilidade monetária e o aumento da produtividade.

Ele lamentou que os países desenvolvidos não façam aquilo que pregam no âmbito comercial, denunciando ainda que a nova legislação agrícola dos Estados Unidos (*Farm Bill*) vai carrear subsídios que podem chegar a US\$ 170 bilhões.



Sérgio Amaral disse aos senadores que o governo brasileiro poderá abrir, de imediato, várias frentes em sua defesa comercial

Jucá critica idéia de projeto de lei como resposta aos EUA

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), criticou projeto de lei apresentado na Câmara que prevê o estabelecimento de sobretaxa de 30% sobre o aço importado pelo país, em decorrência de medida semelhante adotada pelo governo dos Estados Unidos. "Não podemos tomar essa atitude por lei, porque, se o fizermos, teremos de aprovar uma nova lei para derrubar a sobretaxa", observou Jucá.

Ele defendeu a adoção, caso a caso, de salvaguardas ou sobretaxas, e procurou saber do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, de que forma o governo estaria pensando agir e quando adotaria uma decisão nesse sentido.



Romero Jucá defende a adoção, caso a caso, de salvaguardas ou sobretaxas

Amaral anunciou que na próxima semana será realizada uma reunião do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ocasião em que se poderá anunciar uma medida oficial. "Estamos atentos e não pouparemos esforços", afirmou.

Jucá disse que na guerra comercial em andamento no mundo o Brasil tem jogado de "forma limpa e decente", mas os Estados Unidos não têm adotado o mesmo procedimento.

Em resposta, Amaral afirmou que, por tradição, o Brasil tem sustentado a defesa do multilateralismo, posição que considerou própria a um país de "médio poder".

Ministro diz a Hartung que aço importado pode ter sobretaxa

O governo poderá impor sobretaxas ao aço importado, caso a medida seja necessária à produção da indústria nacional. O anúncio foi feito ontem, em Plenário, pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, em resposta a questionamento do senador Paulo Hartung (PSB-ES), autor de um dos dois requerimentos para a realização de debate sobre o tema.

Hartung quis saber do ministro se refletiam a posição do governo declarações prestadas pelo secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Gianetti da Fonseca, de que estaria afastada a possibilidade de adoção de sobretaxas. Em resposta, Amaral disse que Gianetti não falava em nome do governo, mas apenas emitia sua opinião pessoal.

– Eu, que defendo posição de análise sensata dessa questão, acredito que esta é uma precipitação de membro do governo que enfraquece nossa posição. Mesmo que fosse uma posição de governo, não deveríamos anunciá-la, pois o país pagou um preço alto para ser competitivo e o mínimo que podemos fazer é lutar para proteger essa planta industrial competitiva – afirmou Paulo Hartung.

O senador disse se sentir estimulado ao ver um ministro defendendo em Plenário o que classificou como "bandeiras importantíssimas para o país", como desoneração tributária da produção. Ele lamentou que até hoje se tenha perdido tanto tempo na discussão dessa matéria, uma vez que existiria, em relação ao tema, um "amplo espaço de convergência" no Congresso Nacional.



Paulo Hartung saúda defesa da desoneração tributária da produção

Fotos: Roosevelt Pinheiro



No debate com Sérgio Amaral, senadores apontaram contradição entre a defesa da Alca, feita pelos Estados Unidos, e as atitudes protecionistas dos norte-americanos. Questionado sobre o assunto, o ministro observou que “muitos pregam o que não fazem”.

Suplicy sugere presença de trabalhadores nas discussões sobre posição do governo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, que incluía representantes dos trabalhadores nas negociações sobre a posição do governo em relação à imposição de sobretaxa pelos Estados Unidos às exportações brasileiras de aço.

— Os trabalhadores avaliam que, para efetivamente haver diálogo com os Estados Unidos e com a União Européia, faz-se necessária a participação não só de entidades empresariais, mas também dos sindicatos — disse Suplicy, lembrando que se encontrava em Plenário o presidente da Confederação Brasileira de Metalúrgicos, HeiguiBERTO Guiba Navarro.

Em resposta, Amaral afirmou que



Suplicy questiona interesse dos EUA pela Alca ao mesmo tempo em que impõem sobretaxas

os representantes dos trabalhadores são bem-vindos e serão convidados pelo governo para participar das discussões sobre o tema. Ele relatou que seu ministério adotou postura semelhante ao convidar representantes de sindicatos de

aeroviários para debater a crise no setor de aviação civil.

Suplicy procurou ainda saber do ministro se o governo não veria como contradição o estímulo do governo norte-americano a uma rápida conclusão das negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), ao mesmo tempo em que adotava sobretaxas ao aço importado.

— Muitos pregam o que não fazem — respondeu Amaral.

Na opinião do ministro, países como Brasil, Índia, China e México estão mais preparados para sentar à mesa de negociações sobre comércio internacional do que os Estados Unidos e a União Européia, que insistem em proteger setores que não podem mais ser competitivos.

José Jorge pede medidas duras contra sobretaxas

O senador José Jorge (PFL-PE) quer que o governo, com apoio do Congresso, tome medidas mais duras para proteger o mercado nacional, em resposta às severas restrições à importação do aço brasileiro impostas pelos Estados Unidos da América (EUA). O parlamentar sugeriu até mesmo uma reação interna a produtos norte-americanos vendidos no Brasil, como os da indústria cultural, “para que possamos dar uma resposta à altura”.

O representante pernambucano manifestou sua posição durante a audiência com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral.

Na opinião do senador, é inadmissível que os EUA, por serem a



José Jorge sugere reação a produtos norte-americanos vendidos no Brasil

nação mais rica e desenvolvida do planeta, adotem medidas de restrição a produtos estrangeiros. Ele lembrou ainda que os EUA tentariam a todo custo anular qualquer medida protecionista eventualmente adotada por algum país

subdesenvolvido.

Na visão de José Jorge, é preciso que as empresas brasileiras de médio e pequeno porte, que fazem grande esforço para exportar, recebam apoio do governo para que medidas protecionistas não atrapalhem seus negócios e, com isso, a economia e o desenvolvimento do país.

Respondendo a José Jorge, Sérgio Amaral afirmou que a falta de simetria entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas é um grande desafio a ser enfrentado pelos países mais pobres. O ministro lembrou que, quando comandava a Embaixada do Brasil em Londres, a União Européia aplicou uma taxa de 9% sobre a importação do café brasileiro.

Para Jefferson, decisão norte-americana é retrocesso

Ao questionar o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) avaliou que os prejuízos decorrentes do protecionismo norte-americano ainda são pequenos para o Brasil, uma vez que a cota anual imposta para semi-acabados é suficiente no momento, embora possa frustrar a possibilidade de expansão em anos futuros.

Mesmo que os prejuízos para os países da União Européia sejam

muito maiores, o senador opinou que o Brasil deve aderir às suas reclamações na Organização Mundial do Comércio, pelo péssimo exemplo que representa a decisão unilateral dos Estados Unidos. “Trata-se de um retrocesso no comércio internacional”, observou.

Amaral louvou a serenidade com



Jefferson Péres critica imposição de sobretaxas pelos Estados Unidos

que Jefferson analisou a questão, garantindo que o Brasil já superou a “fase das bravatas”. Ele afirmou que o país está negociando com firmeza e eficiência, e preparado para tomar várias medidas, tais como adoção de salvaguardas, processo *anti-dumping* e medidas

compensatórias.

Porto lembra que leite também está enfrentando restrições

Ao elogiar a postura e competência de Sérgio Amaral à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) pediu esclarecimentos ao ministro sobre as taxas impostas aos produtos brasileiros. Além das sobretaxas ao aço exportado pelo Brasil, o parlamentar lembrou que o leite brasileiro também está enfrentando dificuldades.

Em resposta, Sérgio Amaral disse que a grande solução para os problemas que atingem as exportações brasileiras é agregar valores e fazer parcerias em todos os segmentos. De acordo com ele, “não basta exportar mais, é preciso exportar melhor”.

O ministro admitiu que o governo brasileiro poderá abrir frentes de defesa comercial, recorrendo ao aumento das tarifas nas importações brasileiras, a reclamações junto à Organiza-



Porto elogia atuação de Amaral no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ção Mundial do Comércio (OMC), à coibição mais firme de práticas desleais, como o *dumping*, ao monitoramento das importações de aço feitas pelo Brasil e à imposição de cotas de importação e de sobretaxas.

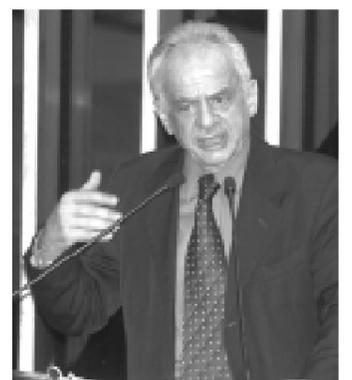
Atitudes dos Estados Unidos são contraditórias, afirma Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu explicações ao ministro do Desenvolvimento e do Comércio Exterior, Sérgio Amaral, sobre a contradição da posição dos Estados Unidos frente ao comércio exterior. Segundo o parlamentar, ao mesmo tempo em que os americanos insistem na negociação de uma Área de Livre Comércio para as Américas (Alca), eles adotam uma proteção extraordinária para seu setor siderúrgico.

O representante gaúcho no Senado observou que a siderurgia brasileira pagou um alto preço para adquirir competitividade internacional para seus produtos, sendo, portanto, injusto penalizá-la por uma medida unilateral.

Amaral concordou com o parlamentar e explicou estar o Brasil se preparando para lutar em todas as frentes.

— Estamos negociando diretamente com os Estados Unidos e prontos para acionar o mecanis-



Pedro Simon considera injusta a penalização à siderurgia brasileira

mo de solução de controvérsias junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), se as negociações bilaterais não derem resultado — afirmou o ministro.

Sérgio Amaral observou, ainda, que o esforço dos EUA de negociar um acordo hemisférico com os vizinhos do Brasil não significa que o país será obrigado a aderir à Alca, caso o governo brasileiro entenda que isso não será benéfico aos seus interesses.

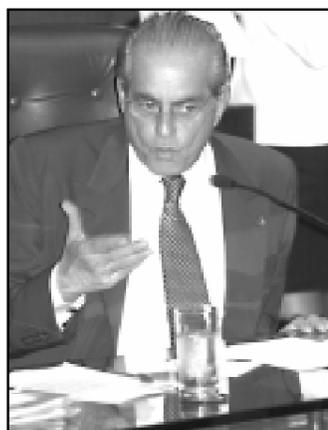


Enquanto o presidente do Senado, Ramez Tebet, observa que as manifestações dos parlamentares demonstram concordância com as providências adotadas pelo Brasil, José Fogaça diz que a postura protecionista do governo norte-americano é mais política do que econômica.

Para Tebet, o ministério atua com “sentimento de brasilidade”

O presidente do Senado, Ramez Tebet, cumprimentou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, pela atuação do ministério e do governo federal na defesa dos interesses da economia brasileira. Amaral veio ontem ao Senado discutir as providências adotadas pelo Brasil contra medidas protecionistas norte-americanas que prejudicam a economia brasileira.

De acordo com Tebet, as manifestações expressas pelos senadores demonstram que a Casa concorda que o governo brasileiro, por meio da pasta de Amaral, vem fazendo um trabalho importante de defesa dos interesses do país. “Em um mundo globalizado, há necessidade imperiosa de o Brasil ter mecanismos de defesa de sua economia.



Tebet aponta necessidade de o Brasil contar com mecanismos de defesa da economia

As coisas estão sendo feitas dentro desse sentimento de brasilidade”, afirmou Tebet.

O presidente do Senado disse considerar um absurdo notícia que vem sendo veiculada na Internet segundo a qual uma fir-

ma multinacional estaria desestimulando a produção de soja no país, pagando para os agricultores brasileiros não plantarem. “Isso fere os interesses do país. Confio que o governo brasileiro está atento a tudo isso”, destacou.

Tebet informou, ainda, ter recebido trabalhadores da indústria siderúrgica que querem participar do debate sobre as medidas protecionistas tomadas pelos Estados Unidos e observou que o ministro se colocou à disposição desses trabalhadores. Tebet agradeceu a presença de Sérgio Amaral e lembrou que a Casa tem contado com a boa vontade dos ministros do governo, que têm comparecido quase semanalmente ao Senado: “Isso é muito bom, trata-se de uma discussão aberta de assuntos relevantes para o país”.

Fogaça considera que posição de Bush é político-eleitoreira

O senador José Fogaça (PPS-RS) disse que, no caso do setor siderúrgico, a postura protecionista do governo norte-americano é deliberadamente político-eleitoreira e não econômica. De acordo com Fogaça, George W. Bush está respondendo a uma promessa de campanha.

Ele argumentou que as demais indústrias americanas que utilizam aço para fabricar seus produtos teriam maior competitividade sem as restrições à importação dessas ligas, mas o governo americano optou por uma posição eleitoreira. Em razão disso, Fogaça perguntou ao ministro se o Brasil não cogita adotar decisão de caráter político forte como resposta.

Sérgio Amaral respondeu que um pedido de compensação no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma opção em análise. Também disse que isso poderá ser feito com base no mecanismo de solução de contrové-



José Fogaça: Bush está respondendo a uma promessa de campanha

sias da OMC:

– De fato, a questão do aço é política. O protecionismo, via de regra, é político, porque é distorção das regras do mercado.

Sérgio Amaral disse ainda que o governo brasileiro tem manifestado com fortes argumentos sua insatisfação. Segundo explicou, junto com o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, esteve recentemente nos Estados Unidos, expondo a posição brasileira a quatro ministros do governo Bush.

Senado apóia gestões contra a sobretaxa

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem ao presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Heiguierto Guiba Navarro, que realizará gestões no sentido de que seja levada em consideração, pelo governo e pelo Senado, a preocupação dos trabalhadores com a imposição de sobretaxas ao aço brasileiro pelos Estados Unidos.

O deputado Luciano Zica (PT-SP) acompanhou a audiência e destacou que a barreira norte-americana poderá resultar em desemprego no setor metalúrgico brasileiro. O Brasil é o oitavo produtor mundial de aço, com 32 milhões de toneladas por ano, e o quarto exportador.

VISITA

Pouco antes de ingressar no Plenário para debater com os senadores, o ministro Sérgio Amaral esteve no gabinete do presidente do Senado, Ramez Tebet.

EUA lideram restrições contra o Brasil

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, disse ontem, no Plenário do Senado, que os Estados Unidos lideram a lista dos países desenvolvidos que adotam severas restrições contra os produtos brasileiros. A União Européia e o Japão, informou, acompanham os Estados Unidos nas medidas protecionistas contra importações, que atingem em cheio os produtos brasileiros.

ESTADOS UNIDOS

- Sobretaxas nas importações de produtos siderúrgicos, que variam de 6% a 142%
- Tarifa *ad valorem* (sobre o preço final do produto) equivalente a 63% sobre as importações de suco de laranja
- Taxa (*Excise Duty*) de 50% para o álcool etílico, da qual os produtores norte-americanos são isentos
- Cota tarifária entre 140% e 170% sobre o que exceder às cotas predeterminadas nas importações de açúcar
- Reserva de mercado de 75% no fumo utilizado para a fabricação de cigarros nos Estados Unidos, com a consequente fixação de cotas de importação e tarifa extracota de até 350% sobre o tabaco importado
- Falta de um acordo sanitário para importações de carne bovina
- Tarifa *ad valorem* de 38% nas importações de produtos têxteis, com subsídios à produção local correspondentes a 150% dos preços internacionais

UNIÃO EUROPEIA

- Tarifa *ad valorem* de 114,52% nas importações de carne bovina, além de medidas sanitárias e fitossanitárias (que acabam servindo de barreiras às importações), concessão de subsídios aos criadores (de US\$ 1,2 bilhão anual) e ajuda aos criadores europeus da ordem de US\$ 4,73 bilhões anuais
- Tarifa *ad valorem* de 46,25% nas importações de frango, com subsídios de US\$ 1,26 bilhão e ajuda aos criadores europeus de US\$ 236 milhões anuais
- Tarifa *ad valorem* de 66,39% nas importações de açúcar, além de subsídios de US\$ 497 milhões e ajuda à produção local (de açúcar de beterraba), de US\$ 1,87 bilhão
- Tarifas entre 3% e 32% sobre as importações de fumo, além de ajuda interna aos produtores locais, de US\$ 978 milhões

JAPÃO

- Alíquotas *ad valorem* de imposto de importação, que variam de 118,03% a 344,72% nas importações de açúcar
- Proibição de importação de frutas tropicais, sob alegação de incidência de mosca da fruta mediterrânea e outras pragas
- Imposição de uma tarifa de 37,5% sobre importação de calçados
- Tarifa entre 6,8% e 9% nas importações de couro bovino, com uma alíquota extraquota de 30%
- Restrição tarifária de 20,7 ienes por quilo nas importações de óleo de soja

Romero Jucá quer economia brasileira mais competitiva

O mundo globalizado trouxe parâmetros de concorrência agressivos e, para manter a competitividade, os diversos setores da economia nacional devem aumentar sua eficiência, qualidade e competência. A avaliação foi feita pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem, apesar dos esforços empreendidos recentemente, a participação brasileira nos mercados externos deixa muito a desejar e a improvisação toma conta da postura do país no comércio internacional. Ainda assim, o senador indicou que três setores da economia brasileira têm cenários favoráveis pela frente: a produção de carne bovina e as indústrias automobilística e de couros e calçados.

— São nichos importantes, com enorme capacidade de crescimento, elevada qualidade e inegável condição de competitividade, com amplas possibilidades de duplicação de exportações em curto e médio prazo — analisou.

No caso da carne, Jucá destacou que, “a duras penas”, o governo brasileiro conseguiu provar, após a crise com o Canadá, que o produto brasileiro tem qualidade assegurada. Hoje, disse o senador, o Brasil tem vendas superiores às de dez anos atrás, com

participação de 5,5% no mercado internacional. Para isso, o país conseguiu estabelecer bons níveis de controle sanitário e ocupar mercados deixados pela Argentina, que passa por séria crise e teve o rebanho afetado pela febre aftosa.

Jucá destacou ainda que a indústria automobilística, apesar da retração do mercado consumidor no Mercosul, tem posição privilegiada como fornecedora de peças e componentes, graças a um parque industrial com altos índices de qualidade. Da mesma forma, continuou o senador, o complexo coureiro-calçadista espera crescimento da produção de 4% ao ano até 2008 e aumento de 12% para as exportações, com expansão do número de empregos e dos investimentos.

— Mais do que nunca, é preciso que os empreendedores brasileiros procurem melhorar seus produtos, atingir patamares superiores de qualidade, de organização e de produtividade. Esses são os elementos exigidos pelo mundo globalizado. Infelizmente, aqueles que não conseguirem se adaptar a essa realidade serão fatalmente tragados pelas leis frias e implacáveis do mercado e terão de fechar as portas de suas empresas — concluiu Jucá.

Presidente do Parlamento da Finlândia visita Tebet

A presidente do Parlamento da Finlândia, Riitta Uosukainen, que visitou o Congresso Nacional como parte de sua agenda no Brasil, foi recebida ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.

O presidente do Senado também concedeu audiência a um grupo de integrantes da Maçonaria, liderados por Laelso Rodri-

gues, grão-mestre geral do Grande Oriente do Brasil, e Kalil Chater, grão-mestre da Loja de Brasília. O senador foi convidado a participar da cerimônia de encerramento da reunião nacional da Maçonaria brasileira, marcada para ontem à noite, no Auditório Pedro Calmon do Quartel General do Exército.



Presidente do Parlamento finlandês, Riitta Uosukainen foi recebida pelo presidente do Senado, Ramez Tebet



A Comissão de Relações Exteriores aprovou, entre outras propostas, moção em favor do diretor da Organização para Proscrição das Armas Químicas. Senadores se encontram hoje com o ministro Celso Lafer

Comissão se solidariza com diretor-geral da Opaq

O brasileiro que comanda a organização internacional, José Maurício Bustani, pode ser demitido por pressão do governo norte-americano

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem moção de solidariedade a José Maurício Bustani, diretor-geral da Organização para Proscrição das Armas Químicas (Opaq), que poderá ser substituído em reunião extraordinária da entidade por pressão do governo norte-americano.

O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse ter um sentimento pessoal de que existem fatos envolvendo esse caso que ainda não puderam vir a público e propôs que integrantes da comissão o acompanhassem a uma audiência com o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, hoje, às 10h. Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), João Alberto Souza (PMDB-MA) e Roberto Saturnino (sem partido-RJ) se ofereceram

para acompanhar Jefferson.

A CRE também aprovou requerimento de Saturnino para convidar José Maurício Bustani a prestar informações sobre as tentativas feitas pelo governo norte-americano para afastá-lo do cargo, mas o diretor da Opaq já não se encontra no Brasil e não será possível ouvi-lo antes da reunião extraordinária marcada para decidir a questão.

Outro requerimento aprovado pela CRE, apresentado por Jefferson Péres, pede que sejam convidados os dirigentes do Movimento Shalom-Salam-Paz, Michael Haradon e Nicholas Mazen, para debaterem o conflito palestino-israelense em audiência pública na comissão sob o título “O Brasil perante a Crise do Oriente Médio — A Voz e a Vez da Sociedade Ci-

vil”. Na mesma linha, foi aprovado voto de censura ao governo de Israel pela invasão do Estado Palestino na Cisjordânia. O voto foi proposto pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Também foi aprovado parecer de Emilia Fernandes (PT-RS) favorável à aprovação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Segundo Emilia, o protocolo já foi assinado por 73 países, e, dentre estes, 31 já o ratificaram. “O protocolo garante às mulheres que tenham seus direitos violados o acesso à Justiça internacional, por intermédio do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, quando não for possível o acesso à Justiça do país”, explicou.

Suplicy crê que Chávez pacificará Venezuela

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ontem à pacificação da Venezuela, num clima de união de todos os setores da sociedade. “Acredito que Hugo Chávez está determinado a ser não somente o presidente dos setores mais carentes da sociedade que o elegeram, mas também dos empresários, políticos e trabalhadores”, observou.

Para Suplicy, a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de promover um diálogo

com Hugo Chávez foi muito boa, pois reforça as teses da necessidade de garantir a democracia na América Latina, pacificando a região para que ela ganhe mais força política e econômica no mundo.

Suplicy considerou particularmente oportuna a menção de Fernando Henrique ao episódio de Aragarças, rebelião militar contra o governo de Juscelino Kubitschek em relação à qual ele teve

a grandeza de anistiar os envolvidos para pacificar o Brasil.

A Venezuela precisa encontrar o caminho para uma verdadeira redemocratização, na opinião do senador, somente possível com o perdão para os envolvidos e amplo diálogo entre todas as forças vivas da sociedade. “A julgar por suas declarações iniciais, esta deverá ser a estratégia a ser adotada pelo presidente Hugo Chávez”, observou Suplicy.

Aprovada medida provisória do setor elétrico

Vai à sanção do presidente da República a MP que autoriza aumento nas contas de energia para compensar as concessionárias de distribuição e geração pelas perdas decorrentes do racionamento do ano passado

O Plenário do Senado aprovou ontem, por 40 votos a favor, 20 contra e duas abstenções, projeto de lei de conversão da Medida Provisória (MP) 14/01, que autoriza aumento de 2,9% nas contas residenciais de energia e de 7,9% para as empresas. O aumento destina-se a compensar as concessionárias de distribuição e geração pelas perdas decorrentes do racionamento do ano passado.

O aumento extraordinário irá durar seis anos e já começou a ser cobrado. Famílias pobres ficarão fora do aumento, cabendo à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informar quais famílias serão consideradas pobres, num universo de consumo que vai de 80 a 220 kWh.

Foi aprovado pelos senadores o projeto de conversão apresentado pelo relator na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), que fez algumas alterações



A medida que recebeu aprovação do Plenário também cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

na MP original. No Senado, o relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), não fez qualquer alteração na medida provisória e, assim, o documento será enviado à sanção do presidente da República.

A proposição também autoriza a emissão de títulos da dívida pública para garantir a recém-criada estatal Companhia Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) na compra de energia de emergên-

cia no mercado atacadista. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi autorizado a financiar a construção de termelétricas de pequeno porte para funcionar em momentos de emergência, vendendo sua energia para a CBEE.

Finalmente, a medida provisória cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Saturnino aponta “política desastrosa”

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) afirmou que o projeto de conversão da medida provisória que aumenta as tarifas de energia elétrica é resultado de uma política desastrosa e desastrosa que fere o interesse da população. Ele comunicou que votaria contra a matéria.

O senador lembrou que, até a década de 80, o Brasil possuía um programa exemplar para o setor elétrico, reconhecido internacio-

nalmente. No entanto, em nome do combate à inflação, o atual governo iniciou um processo de privatizações que desorganizou o setor elétrico, inclusive impedindo que fossem feitos investimentos para sua ampliação. Em consequência dessa política, as autoridades correram ao racionamento.



Roberto Saturnino

– E agora o governo pede à população que os consumidores arquem com os “prejuízos” provocados pelo racionamento. Não tenho críticas à fórmula apresentada, que me parece a melhor para essa situação. Minha crítica é ao desastre da política de privatização do setor.

Suplicy rejeita mais ônus para a sociedade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou “inaceitável” que a Medida Provisória nº 14 transfira o ônus dos prejuízos para os consumidores – por meio de aumento de tarifas e pagamento do seguro-apagão –, enquanto as vantagens da recomposição tarifária e dos repasses financeiros do seguro serão apropriadas pe-

las distribuidoras de energia elétrica e empresas do setor.

Segundo Suplicy, os consumidores estão sendo responsabilizados pela inépcia e arbitrariedade das autoridades, que, desde o início da década de 90, sabiam que o setor elétrico precisaria de investimentos maciços, para fazer face à dinamização da economia.

“O racionamento aconteceu não por falta de chuvas, mas por falta de investimentos”, garantiu.

A MP, conforme o senador, representa um Proer (programa de socorro aos bancos privados que visava impedir a quebra do sistema financeiro) para o setor elétrico, sem sequer haver o mesmo risco sistêmico, acrescentou.

Hartung: povo paga conta de equívocos

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) disse que o povo brasileiro novamente está sendo chamado a pagar a conta de erros, trapalhadas, equívocos e má gestão das necessidades do país na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Para o parlamentar, não faz sentido que um país

com o potencial hídrico do Brasil, que tem ainda outras possibilidades de geração, passe por um racionamento como o do ano passado.

O senador lembrou que o racionamento de energia elétrica impediu o crescimento da economia e causou transtornos a todos os

brasileiros. Acrescentou que obras de infra-estrutura, como energia elétrica, estradas e telecomunicações, são condição fundamental para o desenvolvimento econômico e social de um país. Ele afirmou que o Brasil, mais uma vez, erra no atendimento a essas necessidades.

Tião Viana: aumento de taxa é uma agressão ao direito do consumidor

O senador Tião Viana (PT-AC) posicionou-se radicalmente contra a aprovação da medida provisória que compensa as perdas das companhias distribuidoras de energia elétrica com o racionamento.

– Quero registrar meu protesto, que acredito representar o pensamento da classe média, do cidadão brasileiro comum, que não entende essa injusta taxação – afirmou.

O senador também disse não considerar natural a administração pública adotar esse tipo de prática.

– Eu me coloco radicalmente contra. Entendo que é uma



Tião Viana

agressão ao direito de consumir bens materiais básicos. E não consigo imaginar que a sociedade brasileira não repudie com toda intensidade essa matéria que está sendo votada – declarou Tião Viana.

O senador afirmou que, no caso das rodovias e ferrovias, e agora no das telecomunicações, a sociedade sempre paga pelo prejuízo. Também observou que, desde 1997, o país sabia que estava na iminência de uma crise de energia. Mesmo assim, os brasileiros tiveram que enfrentar o constrangimento de sofrer o racionamento de energia do ano passado.

Regras do jogo de mercado não valem para grandes, diz Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a medida provisória que aumenta as tarifas de energia elétrica é a prova de que as regras do jogo de mercado e dos riscos inerentes a qualquer negócio, no Brasil, não valem para os “grandes”. Para ele, não é possível que as empresas que compraram patrimônio público com ajuda do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no programa de privatização sejam protegidas pelo governo e que o povo pague a conta.

– Além do mais, a ementa da medida provisória é uma desfaçatez, destinada a iludir. Está escrito que é uma MP que dispõe sobre expansão da oferta de ener-



Valadares

gia elétrica, coisa a que ninguém se opõe, mas que embute um cruel aumento de tarifas – disse o senador, que classifica a proposta como uma “perversidade”.

Valadares acrescentou que, quando o governo quis privatizar o setor elétrico, usou de um sofisma: venceu a sociedade de que a venda de estatais baixaria custos e garantiria maiores investimentos e conseqüente aumento de oferta de energia elétrica. Para ele, porém, nada disso aconteceu, e o que se viu é que o patrimônio público foi entregue, às pressas, com apoio do BNDES, a grupos privados que agora tentam vencer o público de que podem falir.

Para Romero Jucá, aprovação do projeto irá assegurar crescimento

Na qualidade de líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR) conclamou os senadores a aprovar o projeto de lei de conversão sobre a MP 14, por

entender que ela representa a única possibilidade de assegurar a retomada do crescimento econômico do país. “É fundamental para o futuro do país”, garantiu.

Althoff: mudança beneficia 20 milhões de consumidores

Fernando Ribeiro manifestou-se contra o reajuste



Ribeiro

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) registrou seu voto contrário à medida provisória que aumentou as tarifas de energia elétrica.

Ele argumentou que, durante o racionamento, o Pará cumpriu as metas estabelecidas pelo governo federal, mas ficou sujeito às multas e prejuízos para a indústria e comércio.

País inaugura capitalismo sem riscos, diz Moreira



Moreira Mendes

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que o Brasil está inaugurando um sistema de capitalismo sem riscos, em que as distribuidoras que-rem lucrar, mas não aceitam arcar com eventuais prejuízos.

Ele também considerou inadequada a discussão de assunto tão complexo como a reorganização do setor elétrico por meio de medida provisória. "O tema não deveria ser tratado às pressas, com tantos assuntos diferentes incluídos numa única MP."

Juvêncio: termos do "seguro-apagão" são absurdos



Juvêncio

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) disse que votaria contra a medida provisória do setor elétrico, por considerar "absurdos" os termos do "seguro-apagão".

Para o senador, não se pode aceitar que o governo já esteja pagando mais de R\$ 200 milhões por mês com o comprometimento de óleo diesel para as termelétricas, quando, seguramente, não haverá necessidade da utilização dessa energia por muitos meses, tendo em vista o bom nível dos reservatórios das hidrelétricas.

O relator da medida provisória, senador Geraldo Althoff, afirmou que as mudanças introduzidas pelo PFL na Câmara permitirão que cerca de 20 milhões de consumidores pobres, que consomem de 80 kWh a 220 kWh por mês, fiquem de fora do aumento de 2,9% na energia elétrica para compensar as perdas das distribuidoras e geradoras com o racionamento. O texto original excluía do reajuste 7 milhões de consumidores.

Além disso, conforme Althoff, cerca de 5 milhões de residências terão uma redução de até 50% em suas contas de luz. Ele disse ainda que seu

partido reduziu de 7,9% para 2,9% o aumento para iluminação de rua paga pelas prefeituras. Além disso, o Congresso decidiu colocar o prazo de seis anos de vigência do aumento extraordinário, quando o governo, na medida provisória, deixava o prazo em aberto.

O projeto de conversão apresentado pelo deputado José Carlos Aleluia, ainda segundo Althoff, criou regras claras para que as distribuidoras atendam a pedidos de ligação de energia sem que os consumidores tenham de contribuir para o custo das obras de extensão de rede, o que atu-

almente é cobrado em qualquer pedido de ligação.

O senador destacou ainda que o Congresso alterou a MP para criar um programa visando ao desenvolvimento energético nos estados, com a expansão da oferta de gás natural canalizado. Entre outras mudanças, Althoff citou que o projeto de conversão reduz de R\$ 16 bilhões para R\$ 11 bilhões a necessidade de emissão de títulos da dívida pública federal para garantir as compras de energia pela Companhia Brasileira de Energia Emergencial (CBEE).

Para Heloísa, medida provisória é ilegal

A legislação que regulamenta o setor elétrico não estabelece que o Estado esteja obrigado a garantir o equilíbrio financeiro das distribuidoras, segundo argumentou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Ela disse que os contratos de concessão estabelecem o risco e, inclusive, a obrigação de as concessionárias responderem pelos prejuízos, "até dos consumidores".

— Vamos discutir a legalidade

dessa medida provisória e mostrar que os argumentos apresentados pelo governo são ilegais e mentirosos — propôs a senadora.

Segundo ela, os consumidores que ajudaram o governo federal, quando chamados a colaborar durante o racionamento, serão duplamente sacrificados, porque, além de terem sido obrigados a poupar eletricidade, agora terão de pagar por ela.

— E quem vai indenizar o setor produtivo, que no ano passado perdeu mais de US\$ 10 bilhões? — perguntou a senadora.

Ela lembrou que a redução das atividades industriais também penaliza o trabalhador, por causa do fechamento dos postos de trabalho.



Heloísa Helena

Agripino destaca atendimento aos pobres

O líder do PFL, José Agripino (RN), reconheceu ser muito ruim votar uma medida que cria uma sobretaxa na energia elétrica paga pelo consumidor, mas afirmou que os relatores da matéria, deputado José Carlos Aleluia e senador Geraldo Althoff, introduziram no projeto de conversão inovações valiosas para

o consumidor de baixa renda. Por essa razão, ele pediu a seu partido que aprovasse o projeto.

Agripino observou que as concessionárias privatizadas nem sempre têm sensibilidade social para atender as populações pobres, que vivem às escuras em povoados sem energia. Por isso ele louvou o fato

de que o projeto de conversão tenha estabelecido meios para que as concessionárias sejam obrigadas a atender aos pedidos dos brasileiros que não têm como pagar por energia.



José Agripino

Ademir cobra explicação do governo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) cobrou do governo esclarecimentos sobre a medida provisória que instituiu aumento de tarifa de energia elétrica para compensar prejuízos das distribuidoras. Para ele, as autoridades econômicas querem criar o capitalismo sem riscos, apesar do argumento de que a iniciativa pri-

vada era mais competente, inclusive para gerar lucros, quando decidiram privatizar o setor.

Ademir criticou a inclusão de R\$ 500 milhões no Projeto Alvorada, obtidos com recursos da União, para construção de novas redes elétricas. Segundo ele, as empresas privadas que adquiriram distribuidoras e produtoras de ener-

gia deveriam arcar com investimentos.

O senador lembrou que nos mandatos do atual presidente as taxas de energia subiram 132,2%, enquanto a inflação foi de 78% e o funcionalismo teve aumento de 3,5%.



Ademir Andrade

Maldaner alerta que seguro abre precedente

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a criação do seguro emergencial para reposição das perdas sofridas pelas concessionárias de energia elétrica com o racionamento de energia abre um precedente para criar também um seguro emergencial para os pequenos agri-

cultores, que igualmente sofrem perdas com variações climáticas, como a estiagem ou o excesso de chuvas.

— Desde dezembro até agora, já perdemos cerca de 70% de toda a produção com a estiagem que atinge o Sul do país. Nós propomos a criação de um seguro

agrícola, mas não deu em nada. Vou votar sangrando esse seguro, mas quero ver se o governo também vai atender aos pequenos agricultores — concluiu.



Casildo Maldaner

Patrocínio lamenta que MP seja votada "de afogadilho"

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) lamentou que o Plenário do Senado estivesse votando "de afogadilho" a medida provisória que criou tributo sobre a tarifa de energia elétrica. Ele lembrou que a Câmara ainda teve o privilégio de realizar uma audiência com o ministro da Câmara de Gestão da Crise, Pedro Parente. "Essa MP não passou por nenhuma comissão do Senado. Essa medida mexe com a economia do país", afirmou.



Carlos Patrocínio

Melo anunciou que a aprovação era questão fechada

Líder do PSDB, o senador Geraldo Melo (RN) anunciou que, reunida à tarde, a bancada do seu partido decidiu considerar questão fechada a aprovação da medida provisória que instituiu adicional sobre a tarifa de energia elétrica, rejeitando todos os destaques e emendas a ela apresentadas.

Melo registrou ter ouvido o senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) recomendar que se encontrasse uma outra solução para o problema, mas disse que não ouviu nenhuma proposta alternativa.

Rocha afirma que brasileiro não pode ser castigado

Ao anunciar voto contrário à medida provisória sobre as tarifas de energia elétrica, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comparou a população brasileira a um estudante disciplinado, que não pode ser punido pelo bom comportamento em sala de aula. O parlamentar disse que, durante a campanha de racionamento no ano passado, o povo brasileiro deu uma demonstração impressionante de maturidade e disciplina, ao seguir as recomendações do governo.



Geraldo Melo

Comissão de Educação aprova Dia Nacional de Combate ao Dengue

Conforme a proposta, que será ainda analisada pela Comissão de Assuntos Sociais, caberá ao SUS elaborar campanhas para esclarecer a população sobre a melhor forma de combater a doença

A Comissão de Educação (CE) aprovou por unanimidade projeto do ex-senador Vasco Furlan que institui a data de 23 de julho como Dia Nacional de Combate ao Dengue. De acordo com o projeto, que segue agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), caberá ao Sistema Único de Saúde (SUS) elaborar campanhas educativas e de comunicação social visando esclarecer a população sobre a melhor forma de combater e evitar a doença.

Na justificativa da proposta, Vasco Furlan afirmou que o dengue constitui "o mais grave problema de saúde pública no país". Para o ex-senador, a melhor época para realizar esse tipo de campanha é o meio do ano, após a estação das chuvas, quando ocorrem as temperaturas mais baixas, favorecendo a proliferação e circulação do mosquito transmissor. "Essa é a razão da escolha da data de 23 de julho", justificou Vasco Furlan.



Comissão de Educação aprovou a criação da TV do Supremo Tribunal Federal, que começará a operar em 11 de agosto

TV DO STF

Na mesma reunião, a comissão aprovou a criação da TV do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão vai agora à deliberação do Plenário do Senado. Para o relator do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o STF, com a entrada em funcionamento da emissora, a exemplo do Senado e da Câmara, terá a oportunidade de mostrar ao público brasileiro os trabalhos do tribunal. O senador informou que a TV do Supremo deverá entrar em operação em 11 de agosto.

Também foi aprovado projeto

de decreto legislativo autorizando a entrada em funcionamento da Rádio FM do Exército, que cobrirá todo o Distrito Federal. O vice-presidente da Comissão de Educação, senador Moreira Mendes (PFL-RO), destacou a importância da emissora, que, lembrou, será a primeira emissora a funcionar através da Fundação do Exército Brasileiro. Foi aprovado ainda projeto de decreto legislativo autorizando o funcionamento da rádio e da TV Fundação Sara Nossa Terra. Ambas as matérias serão ainda submetidas à decisão do Plenário.

Outro projeto aprovado pela CE, originário da Câmara dos Deputados, institui a data de 25 de maio como Dia Nacional da Adoção. Para o relator da matéria, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), a data será "um grande estímulo" para que as famílias brasileiras reflitam sobre a importância de adotar uma criança carente.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) e os senadores Waldeck Ornélas (PFL-BA) e Lindberg Cury (PFL-DF) também apoiaram a criação do Dia Nacional da Adoção.

Carlos Bezerra comemora criação de "porto seco"

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) festejou a assinatura de contrato de concessão para que seja implantada, em Cuiabá (MT), a Estação Aduaneira do Interior (Eadi), que deverá entrar em funcionamento dentro de seis meses. Na opinião do parlamentar, a iniciativa comprova a sensibilidade do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, quanto às necessidades da região.

— A assinatura representa o coroamento de um esforço pessoal. Isso porque há muito venho lutando pela implantação dessa aduana e também por uma outra no município de Rondonópolis — afirmou.

Segundo Carlos Bezerra, o contrato representa significativa contribuição para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, por facilitar a exportação de produtos regionais com redução das tarifas e agilização dos procedimentos fiscais. A estação, conhecida como "porto seco", cobrará tarifas 30% menores do que as portuárias e permitirá que empresas de menor porte tenham condições de exportar. Outra vantagem apontada pelo senador é que os produtos serão escoados com maior facilidade.

Mauro: atividade com moto deve ser regulamentada

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a regulamentação trabalhista dos profissionais que sobrevivem das atividades de "motoboy" e mototaxista e de outros que utilizam a motocicleta como instrumento de trabalho.

Mauro Miranda argumenta que a regulamentação oferecerá mais segurança para os profissionais e intensificará o uso das motocicletas, o que trará várias vantagens para os brasileiros, como a redução no volume de tráfego nas cidades e da poluição atmosférica, além da economia de combustível.

O senador apontou também o baixo custo e a agilidade proporcionados por esse tipo de transporte, "que possibilita ganho de tempo para as empresas e clientes que dependem do serviço".

Sebastião Rocha propõe seminário sobre clonagem

Autor do projeto que proíbe a clonagem humana no Brasil, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) propôs que o Senado realize seminário para discutir o tema. Ele pretende que sejam ouvidos cientistas, sociólogos, religiosos e outros estudiosos do assunto. Conforme disse, a escritora de novelas Glória Pérez — autora de *O Clone* — também poderia ser convidada.

Sebastião Rocha observou que o assunto está sendo debatido no mundo inteiro, assinalando que a Grã-Bretanha já legislou a respeito e os Estados Unidos devem permitir a clonagem terapêutica e proibir a clonagem reprodutiva. Para o senador, é necessário que



Sebastião Rocha defende a proibição da clonagem que vise à criação de um novo indivíduo

o Brasil discipline a matéria, para permitir apenas a clonagem terapêutica de células somáticas.

O representante amapaense ex-

plicou que a clonagem reprodutiva objetiva criar um novo indivíduo. Já a terapêutica tem por finalidade obter tecidos para serem utilizados no corpo humano. Ele também informou que a clonagem terapêutica pode ser feita a partir de células germinativas (um óvulo, por exemplo) e a partir de células somáticas, que são células de outras partes do corpo.

Em sua opinião, o Brasil deveria proibir a clonagem reprodutiva e a terapêutica feita a partir de células germinativas. Ele disse que esse tipo de clonagem, que consiste em desenvolver o embrião até determinado momento e depois cessar sua vida para obter as células-tronco, sem criar outro indiví-

duo, é temerária.

O senador afirmou não haver limites científicos para definir o momento em que a pesquisa vai parar. Também argumentou que o país dificilmente terá condições de fiscalizar os cientistas e os laboratórios.

Para que o Brasil não paralise a evolução científica, ele opinou pela admissão da clonagem de células somáticas, que são células de outros tecidos — como o cordão umbilical, a medula e o tecido nervoso, que possuem características de célula-tronco. Esse tipo de clonagem, explicou, não prejudica a vida humana e não tem por objetivo criar um novo indivíduo.

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Lúcio Coelho